

HABEAS CORPUS Nº 487.986 - SP (2019/0000944-2)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : JOSE BERALDO E OUTRO
ADVOGADOS : JOSÉ BERALDO - SP064060
VICTORIA DAS EIRAS MONTEIRO - SP406278
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : LUIZ HUMBERTO DE SOUZA (PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS. DEFERIMENTO DE PROGRESSÃO PARA O REGIME SEMIABERTO. FALTA DE REMOÇÃO DO PACIENTE AO ESTABELECIMENTO ADEQUADO. PLEITO DE CONCESSÃO DO REGIME ABERTO. POSTERIOR TRANSFERÊNCIA DO APENADO AO LOCAL DESTINADO AO CUMPRIMENTO DA PENA EM REGIME SEMIABERTO. PERDA SUPERVENIENTE DO INTERESSE PROCESSUAL. PEDIDO DE *HABEAS CORPUS* PREJUDICADO.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de LUIZ HUMBERTO DE SOUZA contra decisão indeferitória de pedido de urgência proferida por Desembargador Relator do Tribunal de Justiça de São Paulo no HC n.º 2266493-14.2018.8.26.0000.

Consta dos autos que o Juízo das Execuções Criminais, em 26/11/2018, deferiu ao Paciente a progressão para o regime semiaberto, conforme decisão de fls. 363-364.

A Defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte de origem, sob a alegação de que, embora concedida a progressão ao regime semiaberto, o Paciente ainda se encontrava cumprindo pena em local destinado ao regime fechado. O pleito liminar foi indeferido pelo Desembargador Relator.

No presente *writ*, os Impetrantes alegam que o Paciente, até o momento da impetração, ainda não tinha sido transferido para estabelecimento adequado ao novo regime de pena imposto, estando enclausurado em presídio destinado ao cumprimento da reprimenda em regime fechado (fl. 5).

Afirmam que:

"[...] na Comarca de Guarulhos e adjacências, não há vagas em

estabelecimento prisional adequado para o cumprimento do regime semiaberto, sendo que o Paciente já está há mais de vinte dias aguardando em regime fechado sua transferência que até o presente momento sequer ocorreu, configurando assim evidente constrangimento ilegal e, mais, data maxima venia, desumano o encarceramento do Paciente a ferros, principalmente levando-se em conta a sua idade extremamente avançada e saúde debilitada" (fl. 6).

Requerem, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para deferir ao Paciente o regime aberto, em razão da sua não transferência para estabelecimento prisional adequado ao semiaberto (fl. 9).

O pedido liminar foi indeferido, mas a ordem foi concedida de ofício para determinar que o Desembargador plantonista ou o Relator do HC n. 2266493-14.2018.8.26.0000 examinasse o pedido de liminar formulado pela Defesa (fls. 428-429).

As informações foram prestadas às fls. 433-435 e fls. 445-480.

O Ministério Público Federal manifestou-se às fls. 438-439, opinando pela extinção do presente *habeas corpus* sem julgamento do mérito, em razão da perda de seu objeto.

É o relatório.

Decido.

Consoante salientado pelo Ministério Público Federal, e conforme informações prestadas às fls. 433-435, o Paciente, em 11/01/2019, foi removido para estabelecimento destinado ao cumprimento da pena em regime semiaberto (CDP I BELÉM), motivo pelo qual o *habeas corpus* originário foi julgado prejudicado pelo Desembargador Relator.

Desse modo, tendo este *writ* se insurgido igualmente contra a não remoção do Paciente à local destinado ao cumprimento da pena em regime semiaberto, e havendo notícias da sua posterior transferência, evidencia-se a perda superveniente do interesse processual na concessão da ordem.

Ante o exposto, JULGO PREJUDICADO o pedido de *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ
Relatora

